

ILMO. SENHOR OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA
COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS

REQUERIMENTO –
ENCERRAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

Nome (do requerente): _____,
com **sede** em _____,
inscrita no **CNPJ** sob o nº _____, neste ato representada
pelo liquidante **Nome:** _____,
Nacionalidade: _____, **Estado Civil:** _____,
Profissão: _____, **RG:** _____,
CPF: _____, **residente e domiciliado(a) em**

_____,
endereço eletrônico: _____,
vem, com fundamento no Código Civil e na Lei Federal 6.015/1973, requerer a V.Sa.,
conforme documentos anexos, a averbação da ATA DE ENCERRAMENTO DE
LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO ali indicada.

O requerente declara, sob as penas da lei, que: **a)** as formalidades de convocação,
representação e quórum da assembleia foram observadas; **b)** todos os ocupantes de
cargos de administração são brasileiros e capazes.

Campo Grande, ____ de _____ de 202__

Documento(s) anexo(s), em no mínimo e no máximo duas vias (duas originais ou uma original e uma cópia autenticada):

1. Ato convocatório para a assembleia em que houve a dissolução (convite ou edital), assinado ou rubricado pelo representante legal em exercício em todas as folhas. O ato convocatório deve indicar especificamente a dissolução com nomeação de liquidante como item da pauta.
2. Ata digitada da assembleia em que houve a aprovação das contas do liquidante e, em caso de restar patrimônio, constar a determinação do seu destino, com assinatura do liquidante e firma reconhecida. A ata deve conter obrigatoriamente o quórum de aprovação do ato praticado, a qualificação completa dos administradores participantes e do liquidante nomeado (nome completo, número de identidade e órgão expedidor, CPF ou CNPJ, estado civil, profissão, nacionalidade e endereço).
3. Lista de assinaturas dos presentes na assembleia, com indicação expressa da assembleia a que se refere.
4. Cópia simples do documento de identidade do liquidante e dos administradores que participaram do ato.
5. Em caso de mandato, instrumento respectivo. *Em caso de procuração particular e mandatário não advogado, a firma do mandante deve estar reconhecida.*
6. Eventuais anexos, assinados e rubricados pelo representante legal em exercício em todas as folhas.
7. Comprovante atualizado de inscrição no CNPJ (extrato da Internet).
8. Cópia simples do estatuto social vigente registrado/averbado.
9. Cópia simples da última ata de eleição e posse do representante legal em exercício.
10. Certidão negativa de débito salarial, expedida pelo Ministério do Trabalho.
11. Certidão de regularidade perante o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal.

Obs.:

1. A pessoa que firma este requerimento deve firmar todas as páginas. Não pode haver espaços em branco ou rasuras.
2. Regra geral quanto à via do requerimento: no mínimo uma via original e no máximo duas vias (duas originais ou uma original e uma cópia autenticada).
3. Regras gerais quanto à assinatura no requerimento: **a)** assinatura do representante legal em exercício, sem firma reconhecida, se ele assinar o documento principal (ata), com firma reconhecida; **b)** assinatura presencial (no balcão) do representante legal em exercício, apresentando original e cópia simples de documento de identidade com foto; **c)** não sendo os casos “a” e “b” acima, assinatura do representante legal em exercício, com firma reconhecida.¹

¹4º Serviço Notarial e de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Campo Grande, MS. ✉ Rua Marechal Rondon, 1616, Centro, Campo Grande, MS, CEP 79002-200. ☎ (67)3022-4400. 📧 contato@4oficio.net.br. www.4oficio.net.br. www.facebook.com/4oficiocg. www.instagram.com/4oficio_campogrande. www.youtube.com/channel/UCNm0eP2OfYnuQKV58qjTYpw. \$ CNPJ 23.702.924/0001-35, Sicredi (Banco 748), Agência 0911, Conta 63785-8.